O ensino do discurso citado como recurso argumentativo

(Reported speech teaching as an argumentative resourse)

Eduardo Lopes PIRIS
(Universidade de São Paulo)

ABSTRACT: This work deals with the notion of reported speech according to its argumentative function in the construction of the discourse, in order to critic the language teaching practices noted in handbooks approved by the Ministry of Education. So, the analysis presented herein is about a leading article, a news item and a cartoon, all of them published by Folha de São Paulo newspaper before 2006's election second round. The reflections are based on Bakhtin, Authier-Revuz and Maingueneau, according to the National Curricular Parameters (PCNs). The results obtained showed problems regarding certain teaching practices of reported speech notion, which can be noted in these handbooks, because they propose activities which do not broaden the student's discoursive competence. Finally, it offers a methodological propose on reading and textual production's teaching in Portuguese language concerning to the use of the reported speech as an argumentative resourse.

KEYWORDS: Teaching, Portuguese, Discourse Analysis, Argumentation.

RESUMO: Este trabalho trata da noção de discurso citado, preocupando-se com sua função argumentativa na construção do discurso, para, a partir daí, criticar as práticas de ensino de linguagem observadas em livros didáticos aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2008). Para tanto, procede à análise de um artigo assinado, uma notícia e uma charge publicados pelo jornal Folha de São Paulo pouco antes da realização do segundo turno da eleição presidencial de 2006. As reflexões se desenvolvem na esteira dos postulados de Bakhtin, Authier-Revuz e Maingueneau, bem como se orientam pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para Língua Portuguesa (PCNs). Os resultados obtidos permitem evidenciar problemas referentes a certas práticas de ensino da noção de discurso citado, observadas nesses livros didáticos, sobretudo porque propõem atividades que não ampliam a competência discursiva do aluno. Por fim, este trabalho apresenta uma proposta metodológica de ensino de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa no que diz respeito ao uso do discurso citado como recurso argumentativo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Português, Análise do Discurso, Argumentação.

1. INTRODUÇÃO

Há muito tempo que as gramáticas tradicionais e os livros didáticos de Português vêm limitando a noção de discurso citado ao nível morfológico e sintático, em detrimento de sua função na construção do discurso. De modo geral, são propostos aí exercícios de reescrita frasal, em que o aluno deve transformar um enunciado que está em discurso direto em um enunciado em discurso indireto, e vice-versa, obedecendo à alteração das marcas lingüísticas de pessoa (pronome, desinência número-pessoal), de tempo (advérbio de tempo, desinência modo-temporal) e de espaço (advérbio de lugar), bem como ao uso dos sinais gráficos que indicam as fronteiras entre a voz de quem cita e a de quem é citado.

Desse modo, é pertinente questionar se esse tipo de atividade permite ao aluno ampliar sua competência discursiva, que é o objetivo geral do componente curricular Língua Portuguesa[1]. Ora, se considerarmos o pressuposto teórico de que o discurso citado é a representação da enunciação de um discurso por um outro discurso que dele se apropria e o traduz[2] conforme suas próprias categorias, teremos que tais atividades não são suficientes para atingir os objetivos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A prática de ensino de linguagem que observa somente o aspecto morfossintático do discurso citado negligencia não apenas o princípio dialógico, postulado bakhtiniano, mas também os princípios organizadores dos conteúdos, bem como os critérios para seqüenciação dos conteúdos, ambos dispostos nos PCNs, uma vez que não promove as práticas de escuta de textos orais e de leitura de textos escritos nem a prática de produção de textos orais e escritos, o que, conseqüentemente, leva a uma análise lingüística dissociada do uso da linguagem efetivamente experimentado pelo aluno. De partida, pode-se inferir que um dentre os vários prejuízos daí decorrentes consiste na redução das chances de o aluno poder reconhecer as intenções do enunciador e, daí, aderir ou rechaçar o seu ponto de vista e os posicionamentos ideológicos que permeiam seu discurso.

Ademais, o estudo do discurso citado deve, ainda, levar em conta a relação entre o discurso citante e discurso citado, integrando-a na construção do discurso. É por meio desse jogo enunciativo que o discurso, entre eles o jornalístico, orienta seu leitor na direção de certas conclusões. Revela-se aí o aspecto argumentativo do discurso citado, que deve também ser privilegiado durante as práticas de ensino de linguagem, já que o aluno, usuário da linguagem, deve desenvolver não só a sua capacidade de reconhecer e recusar pontos de vistas, como também a de gerir sua opinião nas mais variadas situações comunicativas.

Assim, para ilustrar o funcionamento do discurso citado na construção da argumentação e do discurso, procederemos à análise de três textos publicados pelo jornal Folha de São Paulo (FSP) pouco antes do segundo turno da eleição presidencial brasileira de 2006. A análise

---

[1] No processo de ensino-aprendizagem dos diferentes ciclos do Ensino Fundamental, espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania (Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa, 1998, p.32).

[2] Maingueneau (1997, p.120) refere-se a uma "tradução de um tipo bem particular, pois ela opera, não de uma língua natural para outra, mas de uma formação discursiva à outra [...]. Assim, quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro em seu próprio interior, por exemplo, sob a forma de uma

pretende mostrar até que ponto o discurso citado pode ser explorado pelas práticas de linguagem na escola como um recurso lingüístico e discursivo que desempenha notável papel na construção de sentido dos textos. A partir desse dado, contrapomos essa exploração do discurso citado àquela proposta pelos livros didáticos, examinando a maneira como quatro coleções aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2008) abordam o discurso citado.

2. A NOÇÃO DE DISCURSO CITADO

A noção de discurso citado corresponde às formas lingüísticas de representação do discurso alheio, ou seja, a representação do discurso de um enunciador distinto daquele que é responsável pela enunciação do discurso. Nos termos de Bakhtin (2002, p.144), "o discurso citado é o discurso no discurso, um discurso sobre o discurso". Consoante ao teórico russo, Authier-Revuz (1990, pp.25-26) entende que o discurso citado – ou discurso relatado, em sua terminologia – consiste em uma das formas da heterogeneidade mostrada do discurso, isto é, o conjunto de formas lingüísticas que inscrevem o outro na seqüência do discurso, representando de diferentes modos a negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso. No entanto, vale ressaltar que o discurso citado não corresponde ao discurso do outro em funcionamento, mas sim ao seu simulacro, que pode ser valorizado positivamente ou negativamente pelo discurso citante, de acordo com suas próprias categorias.

Outro ponto relevante diz respeito ao contorno do discurso citado. Segundo Bakhtin (2002, p.148), para compreender as formas do discurso citado é preciso levar em conta a relação entre o discurso citado e seu contexto narrativo, ou seja, considerar a "inter-relação entre o discurso narrativo e o discurso citado", assim como integrá-la na construção do enunciado. Não obstante, Fiorin (2002, p.74) afirma que "o discurso citante não tem apenas a função de criar a situação de enunciação, mas também a de comentar os elementos concernentes a outra semiótica presentes no discurso verbal ou ainda os elementos relativos à oralidade". Em suma, podemos dizer que o fenômeno do discurso citado não se restringe à inscrição do discurso alheio na superfície discursiva, pois é igualmente importante ter em conta a maneira como esse discurso é aí integrado, traduzido; em outras palavras, não basta

---

citação, ela está apenas 'traduzindo' o enunciado deste Outro, interpretando-o através de suas próprias categorias".

estudar quais as vozes são simuladas pelo recurso do discurso citado, é preciso relacioná-las com a voz de quem faz as citações.

Por fim, é preciso destacar que o funcionamento do discurso citado sofre a influência dos gêneros discursivos e do contexto sócio-histórico, ou seja, as formas do discurso citado não são estanques, dadas *a priori*, mas sofrem variações. Se os livros didáticos mostram que o discurso direto se caracteriza graficamente pelo uso de dois-pontos e travessão, nos jornais são encontradas ocorrências de discurso direto com aspas e vírgula, com dois-pontos e aspas, e sem aspas, inclusive; nem por isso deixam de ser formas de discurso direto. Além disso, uma fábula e uma reportagem de jornal apresentam formas distintas de representar o discurso alheio, bem como, em um debate político, a maneira e a finalidade de o mediador citar serão diferentes daquela dos debatedores. E tudo isso deve ser considerado em uma análise.

3. O DISCURSO CITADO EM TRÊS GÊNEROS DISCURSIVOS DO JORNAL

Examinaremos agora três textos publicados pela Folha de São Paulo poucos dias antes da realização do segundo turno da eleição presidencial de 2006. São três gêneros discursivos jornalísticos distintos – um artigo de opinião, uma notícia e uma charge. Vale lembrar que o foco da análise incide sobre o discurso citado, uma vez que pretendemos mostrar o papel dessa noção discursiva na construção da argumentação, do posicionamento discursivo e, assim, do próprio discurso. É por meio dessas análises que pretendemos apontar o tratamento muitas vezes insuficiente e equivocado dispensado ao discurso citado pelas coleções didáticas aprovadas pelo PLND 2008 e, assim, apresentar uma perspectiva de trabalho mais condizente com as práticas de ensino de Língua Portuguesa que são orientadas pelos PCNs.

3.1. O DISCURSO CITADO EM UM ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo assinado de jornal é um gênero de discurso que se caracteriza por sua orientação argumentativa, ou seja, sua finalidade primeira é a de levar o leitor a aceitar o ponto de vista do articulista, que, para tanto, utiliza argumentos verossímeis, que parecem verdadeiros. No artigo intitulado "Não vale o que está escrito"[3], publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 27 de outubro de 2006, o articulista Clóvis Rossi propõe uma comparação entre as promessas feitas por Lula em seu discurso de posse, em 2003, e o que ele chama de

[3] Vide Anexo A.

“fatos, quatro anos depois”. Vejamos, então, de que maneira o discurso citado se apresenta como um recurso fundamental para a construção da argumentação e do posicionamento discursivo do enunciador.

Em primeiro lugar, o texto está organizado em três blocos de três parágrafos cada um:

Quadro nº 1 **Organização textual do artigo sob análise**	
1º parágrafo	discurso citante: prepara o discurso citado.
2º parágrafo	discurso citado: citação de um trecho do discurso de posse de Lula em 2003.
3º parágrafo	discurso citante: discurso indireto e ilhas textuais para fazer avaliação do discurso citado.

No primeiro bloco, o articulista trata do tema da ética; no segundo, da segurança; no terceiro, da política externa no continente sul-americano.

Em segundo lugar, devemos nos ater às apreciações que o articulista lança sobre o discurso citado:

a) A preparação do discurso citado é, aparentemente, neutra, pois não há emprego de adjetivos ou advérbios que manifestam uma apreciação prévia (positiva ou negativa) do articulista em relação ao discurso de Lula;

b) A citação compreende um parágrafo inteiro, sem marcas de edição, sem comentários ou nada que indicie a presença do ponto de vista do articulista;

c) A avaliação do discurso citado é introduzida sempre pela mesma fórmula “Dos fatos, quatro anos depois”, deixando entrever que o articulista está mostrando não sua opinião pessoal sobre a situação, mas sim somente os fatos que comprovam que o presidente não cumpriu suas promessas feitas no discurso de posse.

Em terceiro lugar, devemos observar como o articulista negocia com as vozes do discurso citado que são inscritas em seu próprio discurso. A citação de trechos do discurso de posse feita em forma de discurso direto simula a própria enunciação do discurso de Lula, ou seja, o leitor tem a impressão de que é o próprio Lula quem está falando e deixa de perceber que, na verdade, se trata de uma representação feita pelo discurso citante. Essa estratégia permite que o artigo simule ainda uma controvérsia entre a voz de Lula e a voz do próprio articulista do jornal FSP, uma vez que Clóvis Rossi refuta o discurso de posse de Lula por meio do que ele chama de fatos, que, inclusive, são sustentados pela citação ao discurso do procurador-geral da República.

De um modo geral, toda essa estrutura serve para passar ao leitor a impressão de que o articulista é neutro e que está somente olhando para os fatos e comparando-os com as promessas do presidente, para concluir que ele não as cumpriu. No entanto, não nos esqueçamos da finalidade de um artigo: orientar a conclusão do leitor para um certo ponto de vista e, assim, levá-lo não só a crer em algo como a fazer algo. Assim, se considerarmos que o artigo foi publicado na antevéspera do segundo turno da eleição presidencial, concluiremos que o articulista convida o leitor a, no mínimo, não votar em Lula, uma vez que, se o artigo fosse publicado em qualquer outro momento, poderíamos lê-lo como uma crítica aos governantes que não cumprem promessas.

3.2. O DISCURSO CITADO EM UMA NOTÍCIA DE JORNAL

O episódio chamado "crise do dossiê" ou "dossiegate" teve como uma das personagens o delegado da Polícia Federal Edmílson Pereira Bruno, que entregou a uma emissora de televisão fotos referentes à apreensão da quantia de um milhão e setecentos mil reais em dinheiro que seria usado por militantes do PT para a compra de um suposto dossiê contra dois candidatos do PSDB. O delegado foi afastado de suas funções, para que se investigasse se ele cometeu crime ou se agiu em interesse público.

Vale frisar que o nosso objetivo não é questionar se o referido delegado cometeu ou não cometeu crime, mas sim como o jornal – no caso a FSP – tratou desse tema polêmico e de que maneira o discurso citado foi empregado como recurso argumentativo. Desse modo, passemos à análise do exemplo da notícia intitulada "Justiça arquiva inquérito sobre vazamento de fotos"[4], que foi publicada pela Folha de São Paulo em 28 de outubro de 2006.

Diferentemente do artigo assinado, a notícia não tem a característica explícita de transmitir ao leitor uma opinião sobre um determinado assunto, pois ela visa a expor e a narrar um fato de forma objetiva e imparcial. Entretanto, devemos lembrar que objetividade e imparcialidade são efeitos de sentido construídos no e pelo discurso, os quais, aliás, são traços constituintes do discurso jornalístico.

Como toda polêmica apresenta, no mínimo, dois lados, dois posicionamentos ideológicos, o jornal – que se pretende objetivo e imparcial – tem como princípio ouvir todos os lados, dando-lhes vez e voz, para que o leitor tire suas próprias conclusões. No entanto, não

[4] Vide Anexo B.

é sem razão que certas matérias jornalísticas são acusadas de tendenciosas. Isso pode ser comprovado, por exemplo, observando-se o uso do discurso citado.

Na notícia sob análise, "Justiça arquiva inquérito sobre vazamento de fotos", há seis ocorrências de discurso citado, as quais simulam a enunciação dos discursos do "Ministério Público Federal de São Paulo" e da "Procuradoria da República". O quadro nº 2 – Ocorrências do discurso citado na notícia sob análise[5] – nos permite perceber como o uso do discurso citado nessa notícia faz parecer que são o Ministério Público e a Procuradoria da República que estão enunciando:

Quadro nº 2 **Ocorrências do discurso citado na notícia sob análise**	
Parágrafo	Enunciado
Segundo	Para o Ministério Público Federal de São Paulo, (...), *não houve crime na atitude do delegado – ao contrário, a divulgação das imagens do dinheiro respeitou o interesse público à informação.*
Quinto	Para o Ministério Público Federal, *as fotos do dinheiro apreendido somente revelam que o dinheiro existe, o que não constitui fato sigiloso.*
Sexto	O Órgão informou ainda que *não surgiu nenhuma prova de que o delegado Bruno tenha recebido vantagem indevida pela divulgação das fotos.*
Sétimo	A Procuradoria da República argumentou que *a conduta padrão da própria Polícia Federal sempre foi a de divulgar amplamente as operações realizadas e as prisões efetuadas, inclusive no caso do dossiê.*
Oitavo	O Ministério Público Federal sustentou que *a aplicação do sigilo decorre da proteção à intimidade, do interesse público, da segurança da sociedade e do Estado e do interesse social.*
Nono	A Procuradoria disse que *"qualquer outra imitação ao direito de informação somente pode ocorrer durante estado de sítio"*.

[5] Destacamos em itálico os trechos que compreendem o discurso citado.

As duas primeiras ocorrências de discurso citado se dão por meio da modalização em discurso segundo[6], caracterizada por expressões como “Segundo o locutor, [discurso citado]”, “Para o locutor, [discurso citado]”, “De acordo com o locutor, [discurso citado]”, entre outras. Tais expressões servem para dar a aparência de que o enunciador não é o responsável pelo enunciado citado, uma vez que – reiteramos – trata-se da simulação da enunciação de um discurso alheio, e não do próprio discurso do Outro em funcionamento.

Já no sétimo, oitavo e nono parágrafos, emprega-se o discurso indireto, enquanto que no nono parágrafo o discurso indireto aparece com uma ilha textual marcada graficamente por aspas, visto que esse enunciado apresenta toda a estrutura enunciativa do discurso indireto, exceto o emprego de aspas.

As formas de discurso citado empregadas em todas essas seis ocorrências não permitem dissociar claramente a enunciação do discurso citado e a do discurso citante, ou seja, as marcas enunciativas do discurso citado são englobadas pelas do discurso citante, em que a subjetividade deste prevalece sobre a daquele. Isso faz com que o enunciador FSP (por Lilian Christofoletti, da reportagem local) apareça como a única fonte responsável pela enunciação.

Podemos notar que essa notícia usa o recurso do discurso citado para dar voz a discursos que compartilham o mesmo posicionamento, a saber: “o delegado não cometeu crime”. No entanto, o outro lado – aquele que acusou o delegado – é apenas mencionado pela notícia em seu terceiro parágrafo, a saber: “O inquérito criminal havia sido instaurado pela PF [Polícia Federal], que responsabilizou Bruno pelo crime de violação de sigilo profissional”. Promove-se aí o apagamento da voz desse discurso.

A forma como o discurso citante negocia com os discursos citados revela sim o posicionamento discursivo do jornal FSP que se manifesta por meio dessa notícia que analisamos. É interessante notar que a notícia, embora não seja *a priori* um gênero discursivo argumentativo, orienta o leitor à conclusão de que o delegado, além de não cometer crime, foi perseguido pelo comando da Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça, pois ele estaria agindo contra a reeleição de Lula.

[6] Termo cunhado por Jacqueline Authier-Revuz (1998).

3.3. O DISCURSO CITADO EM UMA CHARGE

Em primeiro lugar, a charge é, além de um gênero de humor, um gênero de opinião. Note-se a temática que constantemente aborda os fatos da esfera política; o posicionamento ideológico perante o tema abordado; a sua publicação na mesma página dos artigos opinativos.

O título da charge "Os tucanos exorcistas"[7] remete, em um plano, a uma série de filmes que abordam o tema do exorcismo, em que padres lutam para expulsar o demônio que tomou conta do corpo de uma pessoa. Temos aí, em nossa memória discursiva, a representação de três entidades: um possuído (objeto da disputa), um possuidor (sujeito que tomou posse indevida do objeto), um exorcista (sujeito que busca recuperar a posse do objeto).

Nessa charge assinada por Angeli e publicada no jornal FSP na antevéspera do segundo turno da eleição presidencial, os exorcistas são homens vestidos com ternos azuis escuros, camisas brancas e gravatas, representando os políticos, no caso, do PSDB. À frente, com uma cruz na mão esquerda e a Bíblia na mão direita, o exorcista principal representa o candidato do PSDB à presidência, Geraldo Alckmin. E, logo atrás, podemos ver a representação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso enquanto que, ao fundo, há alguns outros correligionários segurando tochas e entoando em coro "*impeachment*, *impeachment*", para ajudar no exorcismo. Ocupando o outro lado do quadro, estão representados o possuidor e o objeto possuído. A charge sugere que o presidente Lula (enrolado em um cobertor e amarrado por cordas a uma cama) tomou posse de um lugar (representado pela cama) e não quer sair, por isso a necessidade do exorcismo.

O enunciado "– *Saia que este lugar não te pertence!*" é atribuído aos exorcistas, logo – nesse contexto – podemos inferir que se trata de uma simulação do discurso do PSDB. Diferentemente, do artigo assinado e da notícia, a charge não emprega o discurso citado como uma voz de apoio que sustenta o seu ponto de vista. Ao contrário, o discurso citado é aí alvo do humor do chargista, que, por sua vez, não deixa de orientar o leitor à conclusão de que o PSDB está demonizando Lula, porque acreditam que sua eleição e sua reeleição foram financiadas com dinheiro de caixa dois, o que torna o presidente passível de *impeachment*. Trata-se aí de uma forma bem humorada de opinar sobre a sucessão presidencial e a disputa pelo poder.

---

[7] Vide Anexo C.

4. O DISCURSO CITADO EM TRÊS COLEÇÕES DIDÁTICAS APROVADAS PELO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO[8] (PNLD 2008)

Em primeiro lugar, é preciso ressalvar que o nosso intuito aqui não é examinar nem avaliar os livros didáticos de Língua Portuguesa aprovados pelo PNLD 2008, mas apenas comentar a proposta de estudo do discurso citado que é apresentada por algumas coleções.

Assim, das vinte e quatro coleções aprovadas pelos pareceristas indicados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), apenas três coleções didáticas serão tomadas como amostra para este nosso trabalho:

a) *Português: Idéias & Linguagens*, Dileta Delmanto & Maria da Conceição Castro;
b) *Olhe a língua!*, de Ana Luiza Marcondes Garcia & Maria Betânia Amoroso;
c) *Português: linguagens*, de William Roberto Cereja & Thereza Cochar Magalhães.

Selecionamos essas três coleções para compor nossa amostragem, porque são obras publicadas por três grandes editoras – Saraiva, FTD e Atual, respectivamente – e têm grande aceitação entre os professores do Ensino Fundamental; logo, esses livros serão distribuídos aos alunos de todo o país, constituindo-se, muitas vezes, na única ferramenta de trabalho do professor em sala de aula.

4.1. *PORTUGUÊS: IDÉIAS & LINGUAGENS* (DELMANTO & CASTRO)

A coleção aborda o discurso citado apenas no volume da sétima série, em sua unidade 3, seção "produção de texto". Isso já indicia dois problemas: a coleção deixa de lado a seqüenciação desse conteúdo e, ao tratá-lo apenas como recurso de escrita, não o explora na prática de leitura.

A obra contempla a leitura de dois textos narrativos, no entanto não explora o discurso citado na construção de sentido desses textos, que são empregados para exemplificar o aspecto formal do discurso citado, introduzindo o aluno ao estudo desse recurso lingüístico e discursivo de um modo muito mecanizado, sem que sua curiosidade seja provocada.

Os exercícios propostos reiteram a despreocupação da obra com o papel do discurso citado na construção do texto, pois sugere ao aluno que ele identifique a forma de discurso citado nas sentenças arroladas e as reescreva, passando-as do discurso direto para o discurso indireto e vice-versa.

---

[8] Programa voltado para a distribuição de livros didáticos a alunos da rede pública de ensino. O PNLD é mantido pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com recursos financeiros do Orçamento Geral da União.

Em suma, podemos dizer que essa coleção – ao menos no que diz respeito à abordagem do discurso citado – produz um material didático que não contempla as recomendações dos PCNs, uma vez que se limita a meros exercícios de reescrita frasal, deixando de explorar qualquer papel que o discurso citado possa desempenhar na construção do sentido do texto. Enfim, o que fica para o aluno é a mecanização de um recurso que pode e deve ser entendido em sua dimensão discursiva.

4.2. *OLHE A LÍNGUA!* (GARCIA & AMOROSO)

Igualmente à coleção anteriormente analisada, *Olhe a língua!* dedica atenção ao discurso citado em apenas um momento da obra: na unidade 4 do volume da sétima série. Preocupa-se em apontar as principais características formais do discurso direto e do discurso indireto: verbos de dizer, sinais de pontuação, pronomes, advérbios, entre outros. Como atividade, propõe a leitura de um trecho de *Os prisioneiros*, um conto de Rubem Fonseca, e um trecho de *No país do futebol*, uma crônica de Carlos Eduardo Novaes. Desconsiderando o prejuízo de que tais textos não são apresentados na íntegra, não há aí nenhuma sugestão de abordagem do mesmo, pois servem apenas de pretexto para os já conhecidos exercícios de reescrita frasal, tais como "passem o trecho a seguir para o discurso indireto".

Não podemos deixar de reconhecer que esses exercícios contribuem de alguma forma para o desenvolvimento da competência lingüística do aluno; no entanto, nossa crítica se dirige à limitação do alcance desse tipo de atividade tão recorrente, que não colabora com a ampliação da competência discursiva do aluno.

4.3. *PORTUGUÊS: LINGUAGENS* (CEREJA & MAGALHÃES)

Diferentemente das duas obras já comentadas, *Português: Linguagens* propõe o estudo do discurso citado em quatro momentos da coleção: dois no volume da sétima série e outros dois no da oitava série.

No primeiro momento, não aborda as formas do discurso citado (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livro, etc.), pois se preocupa em construir a noção de discurso citado. Sugere uma atividade de leitura orientada por perguntas que levam o aluno a refletir sobre a construção do sentido de um anúncio publicitário, em que o discurso citado é fundamental para sua compreensão. Ainda aí, menciona a importância do contexto na construção do texto e toca na questão do discurso, e aborda o discurso citado em linguagens

não verbais. Propõe também exercícios de reescrita frasal, tomando como base uma anedota; porém, tais atividades são conduzidas de modo a questionar o aluno sobre a função do discurso direto e do discurso indireto na construção do texto.

No segundo momento, a obra se concentra nos aspectos gramaticais que envolvem a questão do discurso citado, mostrando como o tempo verbal, o pronome e o advérbio se comportam no discurso direto e no discurso indireto. Em seguida, apresenta exercícios de identificação de formas do discurso citado e de reescrita frasal, mas faz isso de uma maneira menos mecanizada, porque se preocupa em associá-los ao gênero discursivo e ao sentido do texto tomado para estudo.

No terceiro momento, a coleção propõe o estudo do discurso citado em gêneros jornalísticos. Oferece, como prática de leitura, uma notícia sobre o roubo de um quadro de Portinari publicada pelo jornal O Estado de São Paulo. As questões que orientam a leitura preocupam-se em mostrar ao aluno que o discurso citado insere na notícia outras vozes que não somente a do narrador – que é o jornalista – e que tais vozes correspondem à opinião das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, no fato noticiado. É importante notar que esses exercícios também se interessam pelo discurso citante, mostrando ao aluno que a notícia expressa a opinião do jornal sim e que ela não é tão imparcial e objetiva quanto pretende ser.

No entanto, vale ressaltar que os autores desvelam essa retórica do neutro observando apenas as apreciações dispostas no discurso citante. E, como mostramos em nossas análises, mesmo os textos cujas expressões apreciativas estão escondidas podem igualmente ter o seu posicionamento ideológico depreendido: basta que observemos a negociação que o discurso citante faz com o discurso citado, para construir o seu próprio discurso.

No quarto momento, a coleção trata do discurso indireto livre. Volta a abordar os textos narrativos ficcionais como base de estudo e conduz a interpretação do texto com base nesse recurso, fazendo com que o aluno atente para as diferentes vozes que permeiam a construção do discurso e como tais vozes são distintamente manifestadas na superfície textual.

De um modo geral, *Português: Linguagens*, de Cereja & Magalhães, é, dentre as três coleções comentadas neste trabalho, a obra que mais tende a ampliar a competência discursiva do aluno. Entretanto, dentre todos os seus predicados, é preciso dizer que o tratamento que essa coleção dispensa ao discurso citado poderia ser mais amplo se contemplasse também a sua dimensão argumentativa, conforme mostramos em nossas análises. A coleção mostra, por exemplo, que o jornal emite sim sua opinião, todavia deixa de enfatizar para que lado essa opinião pende. Não se trata de induzir o aluno a aceitar ou recusar certos posicionamentos

ideológicos, pois estamos diante de um processo de formação de opinião de um cidadão, mas sim de fazer com que o aluno reconheça tais posicionamentos manifestados nos e pelos textos, o que, conforme os PCNs, é um dos objetivos de Língua Portuguesa.

5. UMA BREVE PROPOSTA DE ENSINO DO DISCURSO CITADO

Nossa experiência particular tem mostrado que é possível desenvolver uma prática de ensino do discurso citado que dê conta de suas dimensões argumentativa e discursiva, contemplando a seqüenciação dos conteúdos e os seus princípios organizadores.

Em linhas gerais, podemos dizer que o aluno, desde a quinta série (já vimos isso na terceira série), é estimulado a perceber a diferença entre a voz do narrador e a das personagens, assim como distingui-las no interior da trama narrativa. Já, entre a sexta e a sétima séries, o aluno pode entrar em contato com o fazer jornalístico, por exemplo. Ao trabalhar com a notícia, o aluno deve sentir-se como um repórter, experimentar esse papel social. Isso é importante, porque promove a protagonização estudantil e torna a atividade significativa para o aprendizado do aluno. O professor pode orientar seu aluno a levantar um fato ocorrido no ambiente escolar e a ouvir todos os lados envolvidos nesse fato. O aluno é levado a combinar sua habilidade oral com sua inteligência interpessoal, porque precisa colher depoimentos, dialogar com pessoas dos mais diversos segmentos escolares.

A etapa seguinte consiste na prática de produção textual, que ocorre com base no material levantado oralmente e se integra à prática de análise lingüística. Aí o aluno confronta o oral e o escrito; decide entre o discurso direto ou discurso indireto; seleciona as vozes que devem compor seu texto; busca o efeito de sentido de objetividade; tenta ser imparcial – toda essa atividade sendo mediada pelo professor. O jornal, como produto final do trabalho, pode ter como suporte o mural da escola, o próprio papel, a internet.

Da sétima para a oitava séries, o aluno entra em contato intenso com os chamados textos dissertativos. O professor pode inserir esses alunos no projeto do jornal e trabalhar com o artigo de opinião. Os alunos podem opinar sobre as notícias que os seus colegas de outras séries produziram. De um ponto de vista mais amplo, tal atividade favorece à coesão do projeto e à integração das turmas.

Quanto ao ensino do discurso citado, pensemos na prática de oralidade e na de escrita. Primeiramente, o aluno precisa formar sua opinião sobre determinado fato ocorrido na escola que foi noticiado pelos colegas; por exemplo, um caso de discriminação racial durante o

intervalo ou na aula. O professor pode organizar um debate regrado ou uma mesa-redonda, para que o aluno possa expor seu ponto de vista, discuti-lo com seus colegas e ouvir outras perspectivas. Na prática de escrita, o aluno faz uso desse material apreendido oralmente e emprega o discurso citado para sustentar seu posicionamento ideológico, inserindo em seu discurso vozes que ele aceita e vozes que ele recusa.

Eis algumas possibilidades de trabalhar com o discurso citado na escola, considerando não apenas o seu aspecto morfossintático, mas sobretudo o discursivo e o argumentativo.

6. CONCLUSÕES

As análises dos três textos publicados pelo jornal FSP antes da eleição presidencial de 2006 nos permitiram observar como o mecanismo do discurso citado tem funções distintas conforme o gênero discursivo e como ele revela posicionamentos ideológicos que se escamoteiam por meio dos efeitos de sentido de objetividade e de imparcialidade, isto é, a retórica do neutro.

Nossa intenção é que esse exercício de análise e nossas sugestões tenham servido para mostrar a amplitude que o discurso citado pode alcançar nas práticas de ensino de linguagem no próprio Ensino Fundamental, sobretudo nos terceiro e quarto ciclos.

Quanto às coleções didáticas comentadas neste trabalho, pudemos ver que somente *Português: Linguagens*, de Cereja & Magalhães, considera o discurso citado em sua dimensão discursiva. Os seus exercícios de reescrita frasal são atividades de análise lingüística que se associam às práticas de linguagem sugeridas no livro. A única carência diz respeito à dimensão argumentativa do discurso citado, no sentido de que o discurso do Outro, além de construir a identidade do discurso do Mesmo, orienta o leitor na direção de certas conclusões.

7. OBRAS CONSULTADAS

DELMANTO, Dileta & CASTRO, Maria da Conceição. *Português: Idéias & Linguagens, 7ª série*. 12. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2005.

GARCIA, Ana Luiza Marcondes & AMOROSO, Maria Betânia. *Olhe a língua!: Língua Portuguesa, 7ª série*. 1.ed. São Paulo: FTD, 1999.

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens, 7ª série*. 4ª ed. São Paulo: Atual, 2006.

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens, 8ª série*. 4ª ed. São Paulo: Atual, 2006a.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas: n.19, p.25-42, jul./dez.1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, V.N.) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9.ed. São Paulo: Ed. Hucitec; Annablume, 2002.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3.ed. Campinas: Ed. Pontes, 1997.

9. ANEXOS

ANEXO A – *Não vale o que está escrito*, Clóvis Rossi.

ANEXO B – *Justiça arquivo inquérito sobre vazamento de fotos*, Lilian Christofoletti, da reportagem local.

ANEXO C – *Os tucanos exorcistas*, Angeli.

CLÓVIS ROSSI

Não vale o que está escrito

SÃO PAULO - Do discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, dia 1º de janeiro de 2003:

"O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida brasileira".

Dos fatos, quatro anos depois: o procurador-geral da República denuncia como "organização criminosa" e "quadrilha" um punhado de pessoas do governo Lula, de seu partido e de sua base de sustentação parlamentar.

Do discurso de posse de Lula, dia 1º de janeiro de 2003:

"Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos. Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal, em parceria com os Estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. (...) Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença".

Dos fatos, quatro anos depois: você anda em paz nas ruas e praças "deste rincão da América"?

Do mesmo discurso, ainda:

"A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida".

Dos fatos, quatro anos depois: caíram presidentes em penca, a prosperidade escapa à América do Sul e o conflito pelo gás com a Bolívia não parece ser propriamente demonstração de unidade, para não mencionar outras guerrinhas na vizinhança.

crossi@uol.com.br

FOLHA DE S.PAULO

ELEIÇÕES 2006 / CRISE DO DOSSIÊ

Justiça arquiva inquérito sobre vazamento de fotos

Para Procuradoria, delegado não violou sigilo, mas agiu em interesse público

Justiça acolheu argumento do Ministério Público, que considerou ainda não haver indício de que Bruno tenha ganho vantagem indevida

LILIAN CHRISTOFOLETTI
DA REPORTAGEM LOCAL

Tuca Vieira - 22.set.06/Folha Imagem

O delegado da Polícia Federal Edmílson Pereira Bruno durante entrevista coletiva na sede da PF

A Justiça mandou arquivar o inquérito que apurava a responsabilidade do delegado Edmilson Bruno pelo vazamento de fotos do dinheiro apreendido pela Polícia Federal no escândalo do dossiê —negociação articulada por petistas para a compra de documentos contra candidatos tucanos.

Para o Ministério Público Federal de São Paulo, que defendeu o arquivamento do inquérito, não houve crime na atitude do delegado —ao contrário, a divulgação das imagens do dinheiro respeitou o interesse público à informação. A Justiça acolheu o entendimento da Procuradoria.

O inquérito criminal havia sido instaurado pela PF, que responsabilizou Bruno pelo crime de violação de sigilo profissional. O comando da polícia e o Ministério da Justiça haviam proibido a divulgação das fotos para não prejudicar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

Bruno vazou um CD com fotos do R$ 1,7 milhão apreendido dois dias antes do primeiro turno eleitoral.

Para o Ministério Público Federal, as fotos do dinheiro apreendido somente revelam que o dinheiro existe, o que não constitui fato sigiloso.

O órgão informou ainda que não surgiu nenhuma prova de que o delegado Bruno tenha recebido vantagem indevida pela divulgação das fotos.

Transparência

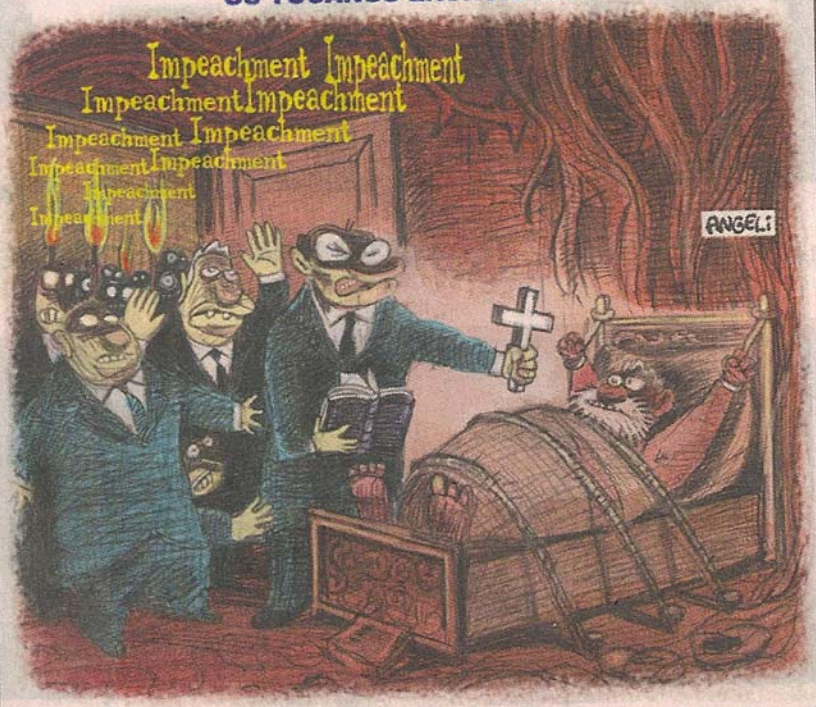
Ao defender o fim da investigação aberta contra o delegado Bruno, a Procuradoria da República argumentou que a conduta padrão da própria Polícia Federal sempre foi a de divulgar amplamente as operações realizadas e as prisões efetuadas, inclusive no caso do dossiê.

O Ministério Público Federal sustentou que a aplicação do sigilo decorre da proteção à intimidade, do interesse público, da segurança da sociedade e do Estado e do interesse social.

Após afirmar que a divulgação das fotos não fere nenhuma das alternativas acima, a Procuradoria disse que "qualquer outra limitação ao direito de informação somente pode ocorrer durante estado de sítio".

O Ministério Público Federal investiga ainda se o comando da PF agiu para abafar a investigação do caso do dossiê.

OS TUCANOS EXORCISTAS



- Saia que este lugar não te pertence!